

SGD: 2020/30559/152335

JUSTIFICATIVA 72/2020/SES/SADM/DAEES

Palmas, 04 de dezembro de 2020.

**ASSUNTO:** Justificativa para alteração dos itens de equipamentos constantes em propostas habilitadas dentro do prazo estabelecido pelo Art. 12 § 4º da Portaria GM/MS 3.134, de 17 de dezembro de 2013.

A Gerência de Engenharia Clínica da Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, setor técnico responsável pela gestão da tecnologia e dos equipamentos hospitalares, conduzindo o processo de aquisição dos mesmos desde o início, bem como responsável pelo recebimento e manutenção (preventiva e corretiva) e testes de aceitação dos equipamentos, procedeu a uma revisão sistemática no conjunto de propostas de recursos financeiros do Bloco de Investimentos no âmbito da Portaria GM/MS 3.134, de 17 de dezembro de 2013, alterada pela Portaria MS Nº 163, de 30 de janeiro de 2020, que estendeu o prazo de execução dos recursos financeiros até o dia 31 de dezembro de 2021, e consubstanciada pelo Art. 3º da **RESOLUÇÃO CIT Nº 22, DE 27 DE JULHO DE 2017, emite neste expediente os fundamentos para a utilização dos recursos disponíveis para aquisição de equipamento mais adequados à necessidade atual.**

Resolução CIT Nº 22, de 27 de julho de 2017:

[...]

Art. 3º No caso de frustração do diagnóstico de necessidade que ensejou a definição de um ou mais equipamentos inicialmente aprovados pelo Ministério da Saúde, o ente beneficiário poderá utilizar os recursos disponíveis para aquisição de equipamento ou material permanente mais adequado à necessidade atual, observando as seguintes condições:

I - O equipamento ou material permanente deverá constar na Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes - RENEM;

II - Registrar no processo de aquisição os fundamentos normativos e a motivação que ensejaram a alteração dos equipamentos e materiais permanentes inicialmente aprovados pelo Ministério da Saúde;

III - É vedada a alteração destinada à aquisição de equipamentos com alocação condicionada a parâmetros populacionais e/ou de produção; e/ou associado a serviços de alta complexidade que requerem habilitação prévia do MS, e/ou exigem condições especiais para funcionamento com insumos radioativos, a saber: equipamentos para TRS, mamógrafo, tomógrafo, ressonância magnética, equipamento para medicina nuclear (gama câmara, gama probe, PET CT), equipamentos para radioterapia e outros equipamentos que vierem a ter estabelecido critérios para a alocação.

[...]



Os recursos elencados serão redirecionados para aquisição de 19 Ultrassom Portátil, e não mais para aquisição dos equipamentos que ensejou a definição inicialmente aprovada pelo Ministério da Saúde, devido a Demanda Reprimida e Obsolescência da maioria dos equipamentos eletro médicos atualmente em uso nas Unidades Hospitalares Estaduais, justificadamente pelo disposto a seguir:

- A- O objetivo desta aquisição é atender ao Projeto Básico 01/2020/SES/SPAS/DAE para repasse de equipamentos de ultrassonografia a fim de possibilitar a cessão de uso, de 19 equipamentos que serão disponibilizados para 19 municípios do Estado do Tocantins, visando a qualificação da oferta do serviço de ultrassonografia e o fortalecimento do serviço de atenção à saúde da mulher e à saúde da criança com foco na atenção ao pré-natal, parto, nascimento e puerpério. Visando ainda, fortalecer a atenção ao pré-natal, incrementar sua extensão (número de consultas) e qualidade, por conseguinte melhorar os indicadores de saúde materno-infantil; reduzir a mortalidade materna e infantil, garantir as boas práticas e segurança na atenção ao pré-natal, parto e nascimento, mediante a compra da prestação dos serviços. O cuidado pré-natal possibilita identificar fatores de risco, para posterior controle ao longo de toda a gestação, bem como diagnosticar precocemente complicações desta. Uma assistência ao pré-natal adequada e sua interação com os serviços de assistência ao parto são fundamentais para a obtenção de bons resultados da gestação. O objetivo da cessão de uso desse equipamento é assegurar a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento no pré-natal, da assistência ao parto e puerpério e da assistência à criança conforme a PORTARIA Nº 1.459, DE 24 DE JUNHO DE 2011. É importante ressaltar que neste período pandêmico o acesso em tempo oportuno e mais próximo da residência da gestante à realização de exames que compõe o pré-natal é de suma importância, visando principalmente a menor exposição e transição entre serviços.
- B- A atual situação que o mundo enfrenta contra a COVID-19, requer um cuidado de suporte a vida nas unidades de saúde, evitando a mortalidade populacional;
- C- Estes equipamentos serão necessários para a disponibilização de condições estruturais de atendimentos na rede pública de assistência hospitalar municipal, com a implantação de vários leitos clínicos em caráter preventivo e urgente, de modo a não deixar de prestar a assistência aos usuários do SUS nos municípios do Estado do Tocantins, caso o cenário de acometimento pelo COVID-19 venha se abater sobre nossos cidadãos, e como sabemos que a pandemia do Coronavírus poderá trazer impactos em todos os setores de saúde refletindo negativamente nos indicadores de condições de saúde afetados pelas medidas de precaução para a contenção de sua propagação mediante as ações tomadas neste momento da iminência de casos, precisam com urgência da cessão de uso dos Ultrassons Portáteis, pois com essa cessão facilitaria e agilizaria um diagnóstico mais preciso na recepção dos pacientes com os sintomas, de forma a ter condições de um melhor atendimento a nossa população.



D- O Estado do Tocantins fará a cessão de uso dos equipamentos de ultrassom para as 19 Secretarias Municipais de Saúde conforme tabela abaixo:

| REGIÃO DE SAÚDE            | MUNICÍPIO                | Quantidade |
|----------------------------|--------------------------|------------|
| MÉDIO NORTE ARAGUAIA       | ARAGUANÃ                 | 1          |
| BICO DO PAPAGAIO           | SITIO NOVO DO TOCANTINS  | 1          |
| CANTÃO                     | CRISTALANDIA             | 1          |
| CERRADO TOCANTINS ARAGUAIA | PEQUIZEIRO               | 1          |
| MÉDIO NORTE ARAGUAIA       | BARRA DO OURO            | 1          |
| BICO DO PAPAGAIO           | SÃO BENTO DO TOCANTINS   | 1          |
| CERRADO TOCANTINS ARAGUAIA | BOM JESUS DO TOCANTINS   | 1          |
| BICO DO PAPAGAIO           | LUZINOPOLIS              | 1          |
| CERRADO TOCANTINS ARAGUAIA | CENTENÁRIO               | 1          |
| BICO DO PAPAGAIO           | ANGICO                   | 1          |
| CERRADO TOCANTINS ARAGUAIA | GOIANORTE                | 1          |
| BICO DO PAPAGAIO           | LUZINORTE                | 1          |
| CERRADO TOCANTINS ARAGUAIA | ITAPIRATINS              | 1          |
| BICO DO PAPAGAIO           | MAURILANDIA DO TOCANTINS | 1          |
| BICO DO PAPAGAIO           | CACHOEIRINHA             | 1          |
| BICO DO PAPAGAIO           | ANANAS                   | 1          |
| BICO DO PAPAGAIO           | ITAGUATINS               | 1          |
| BICO DO PAPAGAIO           | PALMEIRAS DO TOCANTINS   | 1          |
| MÉDIO NORTE ARAGUAIA       | GOIATINS                 | 1          |

Destaca-se que esta gestão está imbuída do compromisso de utilização e prestação de contas destes recursos que contribuirá para as condições de trabalho da assistência a toda a população do estado.

Diante do exposto, considerando a insuficiência financeira para investimentos em equipamentos específicos, estão sendo redefinidos os tipos de equipamentos a serem adquiridos com os recursos das propostas citadas na tabela anexa, passando a ser adquiridos os equipamentos descritos na mesma.

Esta Secretaria de Saúde, por meio da Gerência de Engenharia Clínica tomará as medidas de ciência a CIR e CIB, conforme estabelece o Art. 6º da Resolução CIT Nº 22, de 27 de julho de 2017 e de explicitar a comprovação da execução no Relatório Anual de Gestão (RAG), conforme estabelece o Art. 4º.

[...]

Art. 4º A alteração dos itens constantes na proposta habilitada não requer autorização prévia do Ministério da Saúde, devendo o ente executar dentro do prazo estabelecido pelo Art. 12 § 4º da Portaria GM/MS GM/MS 3.134, de 17 de dezembro de 2013, bem como observando a comprovação da execução no Relatório Anual de Gestão (RAG).

[...]

Art. 6º O gestor de saúde estadual, do Distrito Federal ou municipal encaminhará a alteração dos itens aprovados ou da unidade beneficiada para conhecimento à Comissão Intergestores Regional (CIR), à Comissão Intergestores Bipartite (CIB) ou ao Colegiado de Gestão da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (CGSES/DF).

[...]



**TABELA DE REMANEJAMENTO DE OBJETOS DE PROPOSTAS**

| PORTARIA  | PROPOSTA            | FONTE      | SALDO EM CONTA   | VALOR A SER USADO | SALDO PARA USO POSTERIOR |
|-----------|---------------------|------------|------------------|-------------------|--------------------------|
| 3418/2020 | 138490280001/20-005 | 0249012823 | R\$ 7.652.745,00 | R\$ 2.945.000,00  | R\$ 4.707.745,00         |
|           |                     |            | R\$ 7.652.745,00 | R\$ 2.945.000,00  | R\$ 4.707.745,00         |

Ante o exposto, seguem os autos para prosseguimento do feito.

*Assinatura digital*

**LUIZ EDUARDO FREIRE BORGES**

Gerente de Engenharia Clínica

*Assinatura digital*

**ROSEMEIRE DUARTE TEODORO**

Diretora de Arquitetura e Engenharia dos Estabelecimentos de Saúde

*Assinatura digital*

**CARLOS FELINTO JÚNIOR**

Superintendente de Gestão Administrativa

*Assinatura digital*

**LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI**

Secretário de Estado da Saúde

